



49 estão usando outra metodologia para chegar aos 12%. Diz que estão entrando com a lei da  
50 transparência para que o Governo mostre o cálculo que chega ao valor. Lotário concorda que  
51 deveriam receber o material antecipadamente. Paulo comenta que devem fazer rever as questões das  
52 exonerações e incentivos fiscais, ver se as pessoas estão cumprindo os contratos. Diz que devem,  
53 também, reestudar a dívida. Mota diz que a perspectiva é avançar. Diz que farão mais trabalhos  
54 como o que fizeram de garantir acesso às cidades. Comenta que Rio de Janeiro e outros estados  
55 fazem todos seus trabalhos em cima do benefício fiscal. Diz que não conseguirão ir muito além sem  
56 benefício fiscal. Comenta que o TCE apresenta versão que considera os 12%. Diz que não sabia que  
57 havia cálculos que divergiam disso, como trouxe o Cláudio. Paulo diz que gostaria de colocar para o  
58 secretário a questão da implantação dos hospitais regionais. Comenta que o Rio Grande do Sul deve  
59 ter hospitais regionais por todo o Estado. Aponta que o CES elaborará suas propostas para a Saúde  
60 para o dia 25, quando haverá representantes dos candidatos a governador do RS em debate na  
61 plenária. Diz que a apresentação feita já está no e-mail dos conselheiros e a apresentação da SES  
62 que será feita estará no e-mail dos conselheiros também, assim que estiver pronto. Dário Pache diz  
63 que a Secretária Sandra Fagundes está em uma agenda em Alegrete, por isso ele e o Niki que  
64 representarão a SES. Comenta que eles realizaram um processo bastante intenso de discussão na  
65 secretaria. Diz que fizeram um debate, não apenas um debate técnico sobre orçamento, mas um  
66 debate sobre planejamento estratégico. Comenta que, a partir do que o Secretário Mota colocou, o  
67 que cabe ao SES é apresentar a proposta em si, item por item. Diz que terminaram essa discussão na  
68 Secretaria na segunda passada. Comenta que cada departamento tem suas demandas e necessidades,  
69 então tentam atender a todos. Diz que logo que a proposta foi feita, semana passada, foi  
70 encaminhada para o CES. Comenta que a proposta que haviam enviado é um pouco diferente da  
71 que apresentarão, sofreu alterações. Paulo diz que não repassou aos conselheiros porque não se  
72 tratava da versão final. Niki diz que quando enviaram a versão inicial, o fizeram para garantir que  
73 entregassem para o CES antes do prazo final. Diz que, depois daquilo, foram adicionados 5 bilhões  
74 de reais, que receberam depois de incremento no teto. Comenta que acha que só o fato de terem  
75 enviado o plano mostra que o Estado está querendo trabalhar com o CES. Diz que fizeram uma  
76 comparação de valores efetivamente liquidados, considerados para gastos com saúde apenas para  
77 SES, desde 2010 até 2015. Comenta que fizeram trabalho utilizando só o recurso do Tesouro da  
78 Saúde. Faz a apresentação da Proposta Orçamentária, com a observação de que não é documento  
79 final, por haver algumas falhas de digitação, e que a versão final será enviada para o CES. Dário diz  
80 que todas as áreas, como foi visto, trabalharam juntas e se envolveram muito. Comenta que fizeram  
81 um esforço como o Mota disse, mas sabem que não foi um trabalho perfeito, pois tiveram que  
82 enfrentar um cenário ruim, porém estão fazendo um bom trabalho. Diz que a Proposta Orçamentária  
83 sustenta os projetos e é viável. Paulo pergunta sobre um valor apontado na apresentação, pergunta  
84 se é sem o IPE e sem os inativos. Niki diz que sim e que na tabela final há um resumo. Paulo  
85 comenta que vão encaminhar propostas de alterações se conseguirem em tempo. Abre para  
86 perguntas. Adão Zanandréa diz que a política pública atual mostra que tem mais pessoas  
87 ultrapassando 60 anos do que crianças nascendo e olhando apenas Porto Alegre, há 2 anos havia  
88 2.200 moradores de rua e hoje deve haver por volta de 6.000, e quando são internados ficam um  
89 tempo grande nessa condição. Comenta que deveria haver programa de saúde para esses grupos,  
90 programa de promoção de saúde. Paulo comenta que o Adão reclamou a ideia de pressionar os  
91 ministérios públicos, para irem em cima para que se façam políticas de saúde para os idosos. Adão  
92 comenta que há um abandono total para essas pessoas vulneráveis socialmente. Diz que certa vez  
93 procurou a promotora Cristiane, porque recebeu uma sentença judicial e respondeu que não aceitava  
94 e desafiava o judiciário e o ministério público a irem às Casas Lares. Comenta que há um abandono  
95 total dos idosos e dos moradores de rua, protegidos apenas pelos voluntários das Casas Lares.  
96 Lotário diz que se sente feliz e honrado por participar desse momento democrático e que seria bom  
97 se pudessem ter recebido o plano antecipadamente, para avaliar. Comenta bom se pudessem receber  
98 os planos do ano que vem para fazerem um trabalho plurianual. Diz que devem repensar as  
99 políticas, como a dos idosos. Sobre o plano, diz que vê preocupação por parte dos municípios se os  
100 repasses aumentarem conforme os gastos aumentam. Comenta que gostaria que os regionais também

101 participassem, pois a saúde é tripartite e tudo deve funcionar como engrenagem. Diz que devem  
102 avançar mais, mesmo tendo avançado bastante já. Luiz Ferreira começa ler alguns dados. Diz que  
103 para 2015, há 4 ou 5 promoções atrasadas, pagamento de medicamento exclusivo, crescimento  
104 vegetativo da folha e nomeação de servidores. Pergunta se o valor dá conta das necessidades e qual  
105 o percentual de crescimento com o pessoal. Cláudio diz que voltará à questão da fala anterior.  
106 Aponta que ainda não chegaram aos 12% e nem ainda incluíram as desonerações fiscais, que devem  
107 ser incluídas no cálculo. Comenta que as exonerações de 2012 deram por volta de 11 bi e alguns  
108 quebrados e que devem dar uns 13 bi atualmente. Usa a fala de Luiz Ferreira para dizer que há uma  
109 série de questões do serviço público e dos servidores estaduais que já estão previstas e não sabe se  
110 dá conta. Diz que há outras coisas extremamente importantes, e que não foram nem consideradas,  
111 que o CES colocou no PES, e que foram retiradas do PES na publicação, como questões que  
112 envolvem o pessoal. Exemplifica que o CES havia apontado a necessidade de plano de carreira e  
113 que foi retirado do PES e deveriam ter colocado no mínimo algo que fosse nessa direção. Comenta  
114 sobre o que tinham colocado sobre retirar o trabalho terceirizado da atenção básica e o Estado dar  
115 incentivos aos municípios que dispensarem o trabalho terceirizado na atenção básica. Diz que coisas  
116 como o que apresentaram no PES sobre presidiários, por exemplo, deveriam receber debate político  
117 no CES antes. Comenta que a lei orgânica diz que o CES tem que aprovar o plano antes de chegar  
118 na assembleia e da forma que fizeram, não tiveram tempo para isso, ainda que tenham feito uma  
119 ação diferenciada quanto ao que faziam anteriormente de nem apresentar no CES o PES antes de ir  
120 para a assembleia. Pergunta se há alguma previsão para colocar recursos nas áreas que o CES  
121 apontou que deveriam receber, que são o plano de carreira com isonomia dentro da saúde e  
122 eliminação do processo de serviços terceirizados na área da atenção básica. Odil diz que uma coisa  
123 que sempre vinham impertinente insistindo é a questão dos 12%. Comenta que se desde o Governo  
124 Rigoto aumentassem 1% todo ano, já teriam chegado nos 12%, mas ficam mascarando o não-  
125 cumprimento disso. Diz que as pessoas que estão fazendo campanha política não sabem de nada,  
126 desconhecem a lei do CES que está há 2 anos na assembleia e não vai para a frente. Comenta que há  
127 sempre tentativas de mascarar o que é de lei. Aponta a emenda 29, que não foi regulamentada, e que  
128 todos os Estados cumpriram, com exceção do RS. Com isso, segundo o conselheiro, chegaram a um  
129 embate. Diz que os problemas vão sendo escondidos, mas um dia não se consegue mais esconder e  
130 chega neste caos, com funcionários e técnicos se desgastando, sabendo que quando o controle social  
131 reclamam tem razão. Reclama das políticas de governabilidade e a quantidade enorme de CCs na  
132 Saúde. Jairo diz que na apresentação que o Mota fez ele conseguiu ver as questões inconstitucionais  
133 em função da universalidade do SUS. Diz que conseguiu ver 14/15 milhões de contribuição em  
134 2015 para o IPERGS. Comenta que no projeto 6284 é onde estão as contribuições para o segmento  
135 hospitalar. E o financiamento, pelo que viu, está pela modalidade 90. Sandra Leon diz que seu  
136 questionamento é que há todo um processo de trabalho, conforme a lei de reforma psiquiátrica, de  
137 desinstitucionalização, que envolve uma reserva de recurso de quase 1 milhão, mas ainda há um  
138 gasto absurdo de 12 milhões com manicômio. Pergunta por que ainda há esse investimento em  
139 manicômio, já que há um processo para desconstruir esses lugares. Paulo comenta que o SIMERS  
140 entrou com ação contra a reforma psiquiátrica. Jane diz que gostaria de pontuar três questões. Uma  
141 é a relevância da previsão orçamentária do Conselho Estadual aumentar. Diz que há um aumento de  
142 91,5. Comenta que cabe ressaltar essa previsão ascendente de aumento no valor para 2015, então  
143 agora se deve ter uma perspectiva que se invista no Conselho. Aponta a questão que foi feita de  
144 internação a longo prazo para idosos e diz que estão fazendo um trabalho nesse sentido, que já está  
145 sendo realizado em Cachoeira, com instituições que estão concentrando idosos de todo o Estado, em  
146 um trabalho junto ao município. Diz que estão em uma articulação com a Universidade de Santa  
147 Maria trabalhando na construção da linha de cuidado da pessoa idosa. Sobre a política prisional, diz  
148 que há um trabalho de planos operativos baseado na política nacional, porque ainda não há uma  
149 política estadual e que a Renata, coordenadora da área, está confeccionando um plano para  
150 apresentar ao CES. Diz que a política prisional é feita com cofinanciamento. Comenta que há em  
151 torno de 30 mil de apenados no RS. Aponta que há cerca de 23 equipes e que está previsto um  
152 aumento de número de equipes. Comenta que tais equipes são multiprofissionais. Dário diz que

153 sobre essa questão, o Ministério da Saúde com o da Justiça publicou um documento normativo de  
154 política nacional de atendimento às pessoas no sistema prisional, que estabelece as  
155 responsabilidades de cada parte, o que é da segurança e o que é da saúde. Diz que há um conjunto  
156 de populações que ainda são estratégicas e vulneráveis, e ainda há conjunto de populações  
157 invisíveis, que ninguém quer cuidar, como os idosos e os moradores de rua. Comenta que o Estado  
158 diz que preso é responsabilidade do município, porque são casos de atenção básica,  
159 responsabilidade municipal, e os municípios dizem que é responsabilidade do Estado, pois foi quem  
160 sentenciou. Diz que estabeleceram uma discussão e chegaram ao seguinte parâmetro: unidades  
161 prisionais com até 100 presos estão sob responsabilidade dos municípios. Porém, a própria portaria  
162 que diz isso, diz que isso é facultativo ao município. Aponta que os municípios estão cuidando  
163 dessas unidades prisionais. Diz que unidades prisionais com mais de 100 presos são  
164 responsabilidade do Estado. Comenta que a política do Estado sobre a questão prisional requer mais  
165 investimento e que é reconhecida na Federação como uma boa política. Aponta que há populações  
166 que requerem maior cuidado, que são as partes “invisíveis”, que ainda não estão sendo acolhidos  
167 em políticas públicas. Diz que população de rua eles não pegam com estratégia da família, que eles  
168 têm que pegar com programa específico, assim como outros grupos. Comenta que há um conjunto  
169 de situações dessa que não são especificamente da saúde, como o abandono de idosos. Diz que é  
170 uma discussão a ser vencida juntos com a assistência social. Comenta que já há no Brasil um  
171 consenso de que há um conjunto de políticas públicas que devem ser discutidas com as outras  
172 secretarias e conselhos. Diz que se deve fazer política intersetorial e que o planejamento comenta  
173 isso. Lotário diz que em Três Passos tiveram que pressionar o gestor pois ninguém queria cuidar dos  
174 prisioneiros. Relata que quando havia um prisioneiro doente, era levado ao posto e recebia  
175 preferência, constringendo todo mundo. Diz que agora há um posto dentro do presídio. Comenta  
176 que, quanto aos idosos, se deve pressionar e discutir junto e não ficar esperando pela Assistência  
177 Social. Relata que no interior acontece muito dos idosos serem internados nas casas e ficarem com  
178 depressão. Paulo comenta que foi a Brasília e que as secretarias e os ministérios não conversam. Diz  
179 que essa discussão de cruzar os trabalhos entre as áreas se deve passar pelos conselhos nacionais e  
180 pelos estaduais. Comenta que o SUS não se preparou para os idosos. Diz que concorda que devem  
181 chamar as outras secretarias para conversar e ver o que cada um está fazendo, conciliando trabalho.  
182 Niki diz que para o orçamento de 2014 foram previstos 424 milhões e para o do ano que vem está  
183 previsto 492 milhões. Comenta que a diferença entre os valores na promoção não são expressivos.  
184 Diz que a questão do pessoal é responsabilidade da Fazenda, mas quando há necessidade de  
185 suplementar a Saúde coloca parte do dinheiro de seu orçamento. Nada mais havendo a tratar, Paulo  
186 Humberto, Presidente do CES/RS, deu por encerrada a reunião, da qual eu, João Pedro Brutschin  
187 Severo, lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto  
188 Alegre, 11 de setembro de 2013.

189

190

191

192 Paulo Humberto Gomes da Silva  
193 Presidente do CES/RS

Célia Chaves  
Vice-presidente do CES/RS

194

195

196 Alfredo Gonçalves  
197 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro  
Coordenadora do CES/RS

198

199

200 Jairo Francisco Tessari  
201 Coordenador do CES/RS

Elemar Sand  
Coordenador do CES/RS

202

203

204 Carlos Alberto Ebeling Duarte

Odil Gonçalves Gomes

